PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228, DE 2004

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

EMENDA Nº /04-CE (Do Sr. Sandro Mabel e outros)

Art. 1º Os artigos da Constituição Federal a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações, nos termos do art. 1º da PEC 228/2004:

“Art. 1º

‘Art. 43.....

.....

§ 5º Exceto quanto ao tratamento tributário conferido à Zona Franca de Manaus, aplica-se à Região Centro-Oeste o mesmo tratamento tributário dispensado às Regiões Norte e Nordeste, inclusive no que se refere ao inciso III do § 2º.

.....’

‘Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio dos serviços de limpeza pública, especialmente o de vias, logradouros, praças e parques, localizados no território do município, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o *caput* poderá ter por base o valor venal do imóvel, não se aplicando o art. 146, III, a.

.....’

‘Art. 150

.....

VII - cobrar contribuições sociais sobre a receita da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive das Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

.....’

‘Art. 153

.....

§ 2º

III - Não poderá ser utilizado para fins de aproveitamento de créditos decorrentes de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade.

.....
'Art. 159.

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta e um por cento na seguinte forma:

.....
d) três por cento, destinado a fundo de desenvolvimento regional, para investimento em infra-estrutura, nos termos da lei complementar, que destinará vinte e cinco por cento dos recursos à Região Centro-Oeste, vinte e cinco por cento dos recursos à Região Norte e cinquenta por cento dos recursos à Região Nordeste.

.....
'Art. 165

§ 10. As leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais estabelecerão diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal que reduzam as desigualdades regionais, destinando um percentual mínimo de recursos federais referentes a investimento em infra-estrutura, crédito, estímulo à atividade produtiva, às receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, para efetiva aplicação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

.....
Art. 2º Suprima-se o § 6º, o § 7º e o § 8º do art. 159, nos termos do art. 1º da PEC 228/2004.

Art. 3º O art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 228, de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos no ADCT:

“Art. 98. No período de 2005 a 2030 as leis da administração pública federal, de que trata o art. 165 da Constituição, destinarão no mínimo cinquenta e cinco por cento dos recursos federais referentes a investimento em infra-estrutura, para efetiva aplicação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”

“Art. 99. Enquanto não iniciar a exigência da contribuição de que trata o art. 149-A, os Municípios e o Distrito Federal poderão continuar exigindo as taxas já instituídas, que tenham como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de limpeza pública.”

JUSTIFICAÇÃO

1. A redação do §5º do art. 43 (art. 1º da presente proposta) visa corrigir o desequilíbrio resultante da aplicação de regimes tributários federais favorecidos às Regiões Norte e Nordeste, sem aplicá-los à Região Centro-Oeste. A mudança possibilita condições de desenvolvimento sustentado a Regiões que têm problemas estruturais equivalentes.
2. A redação do art. 149-A (art. 1º da presente proposta) integrava o texto da PEC 41/2003 aprovado na Câmara dos Deputados. Tais dispositivos permitirão a cobrança de contribuição para o custeio dos serviços de limpeza pública, hoje pagos mediante a cobrança de taxas que têm sido contestadas pelo Poder Judiciário. A razão da proposição é a relevância desses serviços para nossas cidades e falta de recursos municipais para fazer frente as despesas decorrentes da sua realização. Há que se observar a regra provisória de exigência da contribuição prescrita no art. 99 da ADCT (art. 3º da presente proposta).
3. Pretende-se com a redação do inciso VII do art.150 (art. 1º da presente proposta) garantir a efetividade e a plena aplicação do princípio constitucional da imunidade recíproca, vedando à União exigir tributo (PIS/PASEP) sobre as receitas dos Estados e dos Municípios).
4. A redação proposta no inciso III do §2º do art. 153 (art. 1º da presente proposta), visa, a exemplo do que a PEC 228/04 já prescreve quanto ao IPI, vedar a utilização do imposto de renda (que é base de cálculo para as transferências constitucionais aos Estados e Municípios) como crédito por ocasião da apuração das contribuições sociais devidas pelos contribuintes, para não reduzir os recursos que constitucionalmente já pertencem, na sua integralidade, aos Entes Políticos destinatários.
5. Busca-se com a redação da alínea *d* do inciso I do art. 159 (art. 1º da presente proposta) o retorno do sistema de alocação de recursos para a viabilização do desenvolvimento regional aprovado na PEC 41/03. Estudos demonstram que somente a Região Centro-Oeste dispense, na atualidade, entre 4 e 5 bilhões de reais ao ano na promoção do seu desenvolvimento, quantia advinda da renúncia fiscal e que precisa, em certa medida, ser coberta pelo novo sistema, uma vez que passam a ser vedados benefícios fiscais para essa finalidade.
6. Relativamente ao §10 do art. 165 (art. 1º da presente proposta) e art. 98 da ADCT (art. 3º da presente proposta), o que se quer é a garantia de um mínimo de

recursos orçamentários para aplicação nas regiões menos desenvolvidas do País, condição primeira de realização de política de desenvolvimento regional séria.

7. A supressão proposta aos §§ 6º ao 8º do art. 159 (art. 2º da presente proposta) objetiva prover o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR de recursos oriundos de fonte mais justa e consistente, pois da forma como está estruturado na PEC 228 considera como base o IPI de cuja arrecadação 58% já pertencem aos Estados e Municípios (quer dizer, em assim sendo, o FNDR acaba por ser financiado, em sua grande parcela, pelos próprios Estados e Municípios, mesmo que os primeiros não mais disponham da competência para conceder incentivos fiscais no ICMS). Por outro lado, a União tem administrado o IPI conferindo-lhe finalidade divorciada da questão arrecadatória, caracterizando-se mais como um imposto regulatório. Exemplo disso são as recorrentes desonerações, seja por isenções, seja através da sua utilização para compensar débitos de outros tributos. A participação do IPI na arrecadação da União vem perdendo força ao longo do tempo, passando de 19% em 1992 para 8% em 2002. Ademais, a EC 42/03, inclui dispositivo tendente à redução do impacto do IPI nas aquisições de bens de capital (art. 153, § 3º, IV).

A promoção efetiva do desenvolvimento regional de que o país necessita não pode ter a origem dos seus recursos mercê da instabilidade arrecadatória do referido tributo.

Sala da Comissão, ____ de março de 2004.

Deputado SANDRO MABEL
PL/GO